

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Henrique Souza Barbosa ¹
Ricardo Lopes Fonseca ²

RESUMO

A pesquisa busca refletir de forma introdutória sobre os desafios encontrados no ensino de Geografia ao pensarmos na educação para os alunos surdos. Entende-se que a Geografia tem a possibilidade de valorização da cultura e identidade surda, podendo contribuir para que o aluno surdo tenha uma leitura crítica do espaço, se enxergando como sujeito ativo nele. A exclusão socioespacial sofrida pelas pessoas surdas por meio das barreiras comunicacionais e os preconceitos que acabam sofrendo, tem de ser combatida por meio de uma mudança de atitudinal dos indivíduos. A formação de professores de Geografia pode fazer parte desse anseio de mudança, a partir do fomento a pesquisa sobre o tema e a formação de profissionais que saibam trabalhar em uma perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Educação, Surdos, Geografia.

RESUMEN

Esta investigación pretende ofrecer una reflexión introductoria sobre los desafíos encontrados en la enseñanza de la Geografía cuando se piensa en la educación de alumnos sordos. Se entiende que la Geografía tiene la posibilidad de valorar la cultura y la identidad sorda, y puede ayudar a los alumnos sordos a tener una lectura crítica del espacio, viéndose como sujetos activos en él. La exclusión socioespacial que sufren las personas sordas a través de las barreras de comunicación y los prejuicios que acababan sufriendo deben ser combatidos a través de un cambio en las actitudes de los individuos. La formación del profesorado de Geografía puede formar parte de esta voluntad de cambio fomentando la investigación sobre el tema y formando profesionales que sepan trabajar desde una perspectiva inclusiva.

Palabras clave: Educación, Sordos, Geografía.

INTRODUÇÃO

O presente artigo deriva de parte das pesquisas que vem sendo desenvolvidas na investigação da formação inicial de professores de Geografia para atuação com alunos surdos na Universidade Estadual de Londrina e tem como objetivo levantar reflexões acerca dos desafios e perspectivas que ainda encontramos ao nos depararmos com o tema do ensino de Geografia e a atuação com alunos surdos, visto que temas em relação a uma educação inclusiva

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) henrique.souza0@uel.br ;

² Professor no departamento de Geociências na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) ricardolopesf@uel.br

ven sendo cada vez mais abordados, portanto buscou-se investigar o papel da Geografia pode realizar na formação do aluno surdo.

Nas últimas décadas a população surda do Brasil vem obtendo grandes avanços, frutos de muita luta ao longo da história. Ao final do século XX e início do século XXI, alguns mecanismos legais foram criados e permitiram que os surdos obtivessem cada vez mais reconhecimento, porém a luta não pode se limitar a isso. Quando falamos de direitos garantidos pela Lei é importante buscar com que ela seja cumprida, para que não se torne uma “letra morta”³. Além disso, os desafios do povo surdo vão muito além das questões legais e se encontram diariamente no convívio com uma sociedade ouvinte. Cabe ressaltar que essas conquistas se deram a partir da luta e mobilização do povo surdo e das universidades. Thoma e Klein (2010) destacam a importância desse momento “uma virada epistemológica no campo educacional, social, cultural e político dos surdos no Brasil (p.109).

Entre as conquistas legais para comunidade surda podemos destacar algumas ligadas a questão educacional. Em um primeiro momento a Constituição Federal de 1988, por meio do Art. 206 destaca a igualdade de condições para acesso e permanência nas escolas e em seu Art. 208 garante o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com algum tipo de deficiência matriculados na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Esses foram alguns dos primeiros passos para conquistas que estariam por vir.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

[...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988).

Em 2002, o reconhecimento da LIBRAS como uma língua oficial do país pela Lei 10.436/2002 também é vista como um grande avanço e mostra a força da luta da comunidade surda, ainda mais se pautarmos que se trata do reconhecimento oficial de uma língua visual-gestual em uma sociedade ouvinte. Outra conquista foi o Decreto 5.626/2005 que torna obrigatório o ensino de LIBRAS nas licenciaturas e cursos de fonoaudiologia. O reconhecimento do trabalho dos intérpretes pela Lei 12.139/2010 e a inclusão da educação bilíngue nas Leis e Diretrizes da Educação Básica Brasileira a partir da Lei 14.191/2021

³ Termo utilizado para se referir a leis que não são cumpridas de fato.

mostram que os avanços na questão legal seguem acontecendo, mas será que apenas isso basta? (BRASIL, 2002, 2005, 2010, 2021).

Em um primeiro momento essas conquistas são louváveis, incluindo na esfera educacional. O Decreto 5.626/2005 busca criar condições para além de momentâneas, mas estruturais em relação a acesso e permanência a serviços públicos de saúde e educação para surdos, além do comprometimento na difusão da língua de sinais, mas nem sempre as leis são realmente colocadas em prática. Thoma e Klein (2010) esclarecem que além de garantias em leis, se faz necessário o seu cumprimento na prática:

Apesar dessas conquistas, a Educação de Surdos no Brasil corre o risco de manter as práticas excludentes do passado. Embora ela não seja mais orientada pelas práticas de oralização, continuamos presenciando a imposição da língua e da cultura ouvinte através da Política de Inclusão, que, em seus textos, contempla a garantia de acesso à língua de sinais pelas crianças surdas, a presença dos professores surdos na educação de alunos surdos, a presença de tradutores-intérpretes em turmas de inclusão ou a fluência na língua de sinais dos professores ouvintes que trabalham com alunos surdos. Porém, essas prerrogativas não são garantidas, uma vez que não são criadas condições efetivas pelos gestores da Educação. (p.120)

Quando destacamos o meio educacional, segundo o Censo Escolar, realizado pelo INEP, no ano de 2021 matriculados na educação básica tínhamos 38.990 alunos com alguma deficiência auditiva e 21.481 alunos surdos. Já analisando os dados do ano de 2022, eram 40.267 alunos com algum grau de deficiência auditiva e o número de alunos surdos teve uma queda considerável em um intervalo tão curto, indo para 20.699 alunos. O que pode nos provocar a pensar em quais motivos fizeram com que houvesse essa queda, será que foi algo casual ou as condições oferecidas aos alunos surdos na educação básica brasileira condicionam a evasão escolar?

Para pensarmos uma inclusão efetiva dos alunos surdos é necessário termos condições favoráveis no ambiente escolar que permitam que os alunos surdos se apropriem dos conteúdos trabalhados, possam se relacionar com os colegas e o corpo de funcionários da escola e que não fiquem alheios aos acontecimentos do ambiente escolar. Junto a isso é preciso se desfazer da ideia de que alunos surdos não são capazes de desenvolver as suas habilidades e sim criar condições para que isso aconteça. Outra redução que não deve ser feita é colocar as pessoas surdas como um grupo homogêneo e reduzir a sua identidade a comunicação por sinais.

Concordamos que se faz necessário descrever, para fins de implementação de uma política de educação de surdos, quem são esses sujeitos e como eles se comunicam, mas corremos o risco de, ao reduzirmos as descrições ao fator língua, manter binarismos e reforçar processos de in/exclusão, tanto entre surdos e ouvintes quanto entre os próprios surdos. Thoma e Klein (2010), p.127

Ao tratar de acessibilidade nos ambientes, precisamos levar em consideração que vai muito além de se ter rampas de acesso em um local. Sasaki (2009) pensa sobre inclusão e trata da acessibilidade em diferentes contextos que são lazer, trabalho e educação. Esferas essenciais para se pensar no convívio em sociedade. O autor destaca em seu pensamento seis dimensões de acessibilidade:

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (SASSAKI, 2009, p. 1-2).

Vendo as dimensões propostas pelo autor, na educação dos surdos podemos destacar a importância de se pensar a acessibilidade na dimensão comunicacional, metodológica, programática e atitudinal. Como visto anteriormente a dimensão programática vem corroborando com avanços que tivemos para comunidade surda e a educação dos surdos. Se tratando da dimensão comunicacional ainda é possível perceber que o desconhecimento de muitas pessoas sobre a LIBRAS causa transtornos na vida em sociedade do surdo. Silva Filho e Vasconcelos (2017) explicitam por exemplo problemas encontrados em sala de aula, sendo a barreira comunicacional, uma das responsáveis por não permitir um melhor relacionamento entre aluno surdo e professor ouvinte.

Porém essa barreira comunicacional não pode ser entendida como o ponto final da relação entre o professor e o aluno surdo. É preciso que como profissional da educação, o docente esteja disposto a romper essa barreira e ter uma relação mais próxima ao aluno, entendendo suas particularidades. É necessário ressaltar a dificuldade que encontramos na formação continuada de professores, pelas demandas da profissão e cabe a crítica aos responsáveis pelas instituições de ensino que proporcionem condições para que esse tipo de formação aconteça.

Outro profissional que é extremamente importante se tratando da dimensão comunicacional tradutor-intérprete de LIBRAS (TILS). Eles ficam responsáveis pela mediação da relação professor-aluno com a tradução dos conteúdos trabalhados. Barbosa (2022) aborda a essa importância e as responsabilidades:

Tal papel teve sua importância reconhecida na Lei Nº12.139/2010, que regulamenta a atuação dos intérpretes desde o ensino básico até as IES. Mas é importante ressaltar que os tradutores-intérpretes de LIBRAS (TILS) não



assumem as obrigações e o papel de um professor, por mais que ele seja essencial para o processo educacional do aluno surdo.(p.37)

Ainda se tratando da dimensão comunicacional Ramos, Silva e Gomes Júnior (2022) destacam a dificuldade de se tratar de alguns conceitos científicos em sala de aula com alunos surdos, os autores trazem em questão o ensino de Geografia. Ao se compreender a grande dificuldade que se tem em transmitir certos conhecimentos para alunos surdos pela dificuldade na transmissão de ideias, percebemos como a barreira comunicacional é um grande desafio na educação dos surdos. Mesmo com os tradutores-intérpretes as dificuldades podem estar presentes, já que em processos de tradução de línguas pode haver perdas das ideias originais.

Fonseca e Torres (2014) apresentam diversos recursos didáticos a serem utilizadas com alunos surdos, que permitiriam a eles uma maior inclusão junto a sala e melhor compreensão do conteúdo, mostrando ser possível uma adaptação metodológica no ambiente de ensino do aluno surdo, compreendendo assim a dimensão metodológica citada por Sasaki (2009). Ao trabalhar com alunos surdos que estão em sala junto com ouvintes, podemos pensar em alternativas que sejam benéficas para ambos, para não termos justamente uma divisão nesse processo de aprendizagem. Os recursos que se destacam em um quesito visual têm mais a atenção dos alunos surdos e permitem que eles se apropriem do que foi trabalhado de uma melhor forma. O ensino tradicional baseado apenas no livro didático e na fala do professor pode trazer alguns prejuízos ao aluno surdo, ainda mais se a comunicação via intérprete não ocorrer da melhor forma.

A seguir podemos visualizar a tabela das metodologias propostas pelos autores e a avaliação feitas por alunos surdos e ouvintes, professores e intérpretes sobre a sua utilização em sala de aula:

Atividades Propostas	Opinião dos Entrevistados				
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Atividades Lúdicas	4	6	2	0	0
Charges, Tiras e Quadrinhos	5	5	2	0	0
Desenhos	1	6	5	0	0
Filmes e Vídeos	5	7	0	0	0
Globo Terrestre	0	5	7	0	0
Gráficos, Quadros e Tabelas	0	6	6	0	0
Imagens e Fotos	6	6	0	0	0
Internet e Computadores	0	6	6	0	0
Jornais e Revistas	1	7	4	0	0
Literatura	5	7	0	0	0
Mapas e Atlas	6	6	0	0	0
Maquetes	5	7	0	0	0
Músicas	1	8	3	0	0
Saída de Campo	2	8	2	0	0

Fonte: Pesquisa realizada em campo, entrevistas com professores, intérpretes, alunos ouvintes e alunos surdos.

Figura 1- Tabela apresentando a avaliação das metodologias de ensino propostas por Fonseca e Torres (2014)

Fonte: Fonseca e Torres, 2014 (p.22)

A dimensão atitudinal que diz respeito aos comportamentos que a sociedade pode ter com os grupos, buscando sempre eliminar preconceitos e discriminações existentes. Tratando de um ambiente escolar, pensar em ações de conscientização da comunidade escolar, fazendo com que os alunos surdos presentes nesse ambiente não se sintam excluídos. Cabe a escola também promover esse tipo de interação e conscientização. Corroborando com isso Fonseca e Torres (2013) apresentam que para se pensar numa educação inclusiva para alunos surdos é preciso da colaboração de pais, alunos ouvintes, professores, intérpretes e equipe diretiva.

Pensando na inclusão dos alunos surdos, a Geografia pode aparecer como aliada no processo de inclusão dos alunos surdos, a partir do processo de reflexão sobre como eles enxergam e vivem a cidade, procurando tecer uma leitura crítica do ambiente onde vivem. Além disso, pode permitir que esses alunos se vejam como sujeitos ativos no espaço, um ponto importante visto que em diversos momentos da história o povo surdo sofreu um apagamento e foram excluídos da vivência em sociedade. Hoje em dia ainda podemos citar o preconceito e muitas vezes a dificuldade de acesso a serviços que privam as pessoas surdas de um convívio social em uma sociedade ouvinte.

Apesar de se estar vivenciando esse momento de ampliação da Libras no Brasil, os Surdos lutam diariamente para superar os estereótipos e os preconceitos. Os avanços tecnológicos, culturais (Libras) e a maior aceitação do Surdo e de sua comunidade na sociedade brasileira são fundamentais para a progressiva melhoria da qualidade de vida dessa comunidade. Entretanto, situações cotidianas que podem ser comuns para os ouvintes tornam-se, em muitos casos, desafiadoras para um sujeito Surdo. Se esse indivíduo não consegue se comunicar em Libras e/ou em português, por exemplo, cria-se uma barreira social e esse sujeito “naturalmente” é levado ao isolamento socioespacial. Isso acontece porque é por meio da comunicação que adquirimos informações para realizarmos nossas capacidades intelectuais. (Dias e Dantas, 2020. p.9)

Dias e Dantas (2020) destacam que atualmente pode-se perceber algumas mudanças em relação ao que se pensava sobre a comunidade surda “Hoje essa comunidade é pensada como um grupo identitário caracterizado por elementos próprios que marcam sua diferença e não como um grupo de pessoas marcadas pela deficiência e pela ânsia de cura ou normalização (p.4)”. Portanto deve se destacar avanços, mas ainda não se deve desconsiderar que há muito a avançar. A busca pela “normalização” do surdo e por vezes a negação da sua identidade ainda ocorrem (PERLIN, 1998).

A Geografia pode valorizar e ressaltar ainda mais a cultura surda, já que desenvolve estudos sobre grupos sociais e sua interação com o espaço. Por isso, no processo de formação de professores de Geografia é cada vez mais importante colocarmos sobre uma educação inclusiva e demonstrar a maneira que podemos contribuir para o desenvolvimento do aluno

como sujeito. Por vezes, a formação para uma educação inclusiva, em especial no caso dos surdos, fica reduzida apenas a disciplina de LIBRAS, que se tornou obrigatória a partir do Decreto 5.626/2005. Além de contribuir com as noções iniciais de sinalização, a disciplina de LIBRAS deve abordar questões identitárias do povo surdo, metodologias de ensino e promover e valorizar a cultura surda.

O contato com esse tema no ensino superior pode despertar também a curiosidade pela pesquisa do tema, contribuindo ainda mais com as pesquisas que vem sendo desenvolvidas nos últimos tempo de forma crescente. As pesquisas realizadas na universidade de modo geral contribuem para sociedade em geral, nesse caso em que falamos de uma população que sofre por vezes um isolamento socioespacial, isso pode ser visto de forma bastante vantajosa. Além disso, a aproximação entre universidade e comunidade surda podem contribuir para uma onda de avanços como os ocorridos no Rio Grande do Sul, ressaltados por Thona e Klein (2010), onde tivemos diversas pessoas surdas adentrando os cursos da universidade e se tornando futuros professores e pesquisadores, isso promove uma mudança estrutural na sociedade.

METODOLOGIA

A pesquisa teve caráter bibliográfico onde buscou-se refletir sobre a temática abordando os principais temas relacionados a pesquisa. Em um primeiro momento foi importante contextualizar a realidade do povo surdo, suas conquistas e preconceitos ainda enfrentados. Com isso a revisão das leis e decretos que tiveram maior impacto na comunidade surda foram pontuadas em um primeiro momento como a Lei 10.436/2002, Lei 13.146/2015, Lei 12.319/2010 e 14.191/2021, além do Decreto 5.626/2005. Junto a isso as reflexões trazias por Thoma e Klein (2010) vem para demonstrar a força de luta e mobilização do povo surdo, principalmente ao final do século passado aqui no Brasil.

Após esse primeiro momento, buscou-se refletir sobre o cumprimento dessas medidas que acabaram sendo propostas e se vinham se concretizando. Com isso Sasaki (2009) aborda as diferentes dimensões da acessibilidade e que a partir do seu cumprimento podemos pensar numa inclusão de forma efetiva, para corroborar com o que é proposto pelo autor foram procuradas outras pesquisas que dialogassem com o que foi dito como Fonseca e Torres (2014) nas metodologias de ensino, Ramos, Silva e Gomes Júnior (2022) juntos a Silva Filho e Vasconcelos (2017) nos desafios da dimensão comunicacional.

Por fim, Dias e Dantas (2020) trazem a discussão sobre o papel que a Geografia pode ter na inclusão das pessoas surdas pensando a cidade, buscou-se articular a discussão proposta

com a realidade da formação de professores de Geografia e os desafios e perspectivas que podemos encontrar em um ambiente escolar. Certo dizer que a pesquisa e a atuação nas escolas dos profissionais de Geografia tende a valorizar a cultura surda e promover uma formação ainda mais completa aos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Geografia pode aparecer como aliada na valorização e reconhecimento da cultura surda. Buscando compreender a vivência do espaço pelo povo surdo e sua relação com os diferentes ambientes da cidade, a ciência pode promover avanços para uma conscientização da sociedade ouvinte. O meio educacional acaba sendo uma porta de entrada para esse processo, nas escolas ou nas instituições de ensino superior. Parte do processo também pode ocorrer pelo fato de promover aos alunos surdos condições de desenvolverem seus saberes a partir de sua inclusão no processo educacional.

O Ensino de Geografia que está presente em nossas instituições de educação básica se mostra como uma porta de entrada de fácil acesso aos alunos em geral. Na educação superior, o pensamento crítico do espaço ganha mais força, possibilitando pensar em problemas sociais urbanos e como podemos pensar em melhorias. Além disso, trazer uma discussão no Ensino de Geografia com os alunos surdos é fundamental, para entender sua vivência da cidade e do espaço, suas dificuldades e como entendem as relações que se desenvolvem no espaço. Isso também contribui para o envolvimento dos surdos com as pesquisas, trazendo o foco para seu cotidiano, isso é entendido de forma muito positiva, tudo isso partindo do Ensino de Geografia, pensando na valorização da identidade do indivíduo surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir sobre o processo de inclusão dos surdos, pautando principalmente o meio educacional. Além disso, pensar em possibilidades para o maior reconhecimento e valorização da cultura surda se torna fundamental se tratando de uma mudança atitudinal na sociedade. Porém não apenas pessoas surdas têm que participar do processo de mudança e inclusão, é preciso fazer com que a sociedade em geral se descole de preconceitos enraizados a muito tempo e veja a perspectiva de mudança.



A apresentação da Geografia como uma possibilidade para isto acontecer, mostra que existe diferentes possibilidades de se pensar esse processo e salienta mais uma vez que as pesquisas são fundamentais em um processo de mudança na sociedade. Pensar os sujeitos surdos como pessoas ativas na sociedade e que podem contribuir para sua própria luta é fundamental nesse processo. Entende-se que muita já foi feito em conquistado de maneira geral, porém ainda há muito por vir no processo de inclusão, buscando novamente uma mudança e grandes avanços como vistos ao final do século passado, mas agora com a efetivação das políticas públicas que foram pensadas e não vem sendo cumpridas.

A formação de professores é um ponto fundamental nesse processo, sabendo trabalhar na perspectiva inclusiva, são eles os profissionais que farão parte do processo formativo de centenas de crianças e podem transmitir esses valores a eles. Além de terem a possibilidade de realizar de uma melhor forma a transmissão de conhecimentos para alunos surdos, por meio da dimensão comunicacional, metodológica e atitudinal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Henrique Souza. **A formação de professores de Geografia para atuação na educação dos surdos**. 2022. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

[2010/2010/lei/112319.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.319%2C%20DE%201%C2%B](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.319%2C%20DE%201%C2%B)

Acesso em: 07/11/2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso em: 07/11/2021.

BRASIL. **Lei nº 12.139**, de 1º setembro de 2010. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm> Acesso em: 15/07/2022.

BRASIL. **Lei nº 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm> Acesso em: 07/11/2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: Acesso em: 07/11/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Disponível em: Acesso em: 07/11/2021.

DIAS, P.S.; DANTAS, E.M. **A cidade contemporânea e os sujeitos surdos: o desafio de pensar a acessibilidade e a inclusão**. Disponível em:<

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/121/110>> Acesso em: 20/07/2022



FONSECA, R.L.; TORRES, E.C. O processo de inclusão de alunos surdos nas escolas sob o ponto de vista do professor de geografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, 2013, p. 46-54.

FONSECA, R.L.; TORRES, E.C. Adaptações na Prática do Ensino de Geografia para Alunos Surdos. **Geografia**, Londrina, v. 23, n.2. p. 05-25, jul/dez, 2014

IBGE. **Estatística de gênero**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643>> Acesso em: 04/04/2022.

INEP. **Censo Escolar 2021**. Disponível em:

<https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf> Acesso em: 23/07/2022.

INEP. **Censo escolar 2022**. Disponível em:<

https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf> Acesso em: 13/04/2023.

PERLIN, G.T.T. **Histórias de vida surda**: identidades em questão. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RAMOS, D.J.; SILVA, J.A.P.; GOMES JÚNIOR, E.C. De uma Geografia do som para uma Geografia das mãos: a importância da construção de conceitos geográficos em LIBRAS. **Ciência Geográfica**, Bauru, v.26, n.1, p.330-345, Jan/Dez, 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA FILHO, E.F.; VASCONCELOS, T.S.L. Geografia e LIBRAS: os desafios do processo de ensino e aprendizagem em Fortaleza/Ceará. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 11, n. 21, p. 05-24, jan./dez., 2021

THOMA, A.S.; KLEIN, M. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas v. 36, p. 107 - 131, maio/agosto 2010